



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 12 - 2021/2025**

**Data da Sessão :** 20 de dezembro de 2023

**Início da sessão:** 10:30 horas

**Términus da Sessão:** 13:00 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, José António dos Santos Almeida, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vitor Agostinho, Anabela Borralheiro Pereira, Catarina Alexandra Martins, Octávio Eusébio Rosa, Carla Isabel Silva Loureiro, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, Rogério Paulo Marques de Matos, Luís da Silva Pires, José Casimiro Gonçalves Pereira, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

**Faltas Justificadas:**

Pedro Manuel Marques Jana, César Augusto Mendes Dias, Vera Lúcia Marques da Silva  
Luís Filipe Aparício Lopes

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

## **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta N.º 12 - 2021/2025  
20 de dezembro de 2023**

-----**INICIO**-----

--- Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Discussão e votação de proposta de escritura de justificação do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 6357 da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, concelho de Mação (piscinas descobertas);**
- 3) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Amêndoa;**
- 4) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos;**
- 5) Análise e eventual ratificação de Declaração de Interesse Público – ETAR de Carvoeiro;**
- 6) Discussão e votação de proposta de Plano Municipal de Ação Climática de Mação;**
- 7) Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2024;**
- 8) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2024;**
- 9) Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos;**
- 10) Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro;**

**11)Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga;**

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Faltaram a esta sessão, os vogais Pedro Manuel Marques Jana, César Augusto Mendes Dias, que justificaram as suas faltas em devido tempo e foram substituídos pelos vogais, Vítor Agostinho, Octávio Eusébio Rosa, respetivamente, o vogal Luís Filipe Aparício Lopes, que foi substituído pelo vogal José Casimiro Gonçalves Pereira.

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de junho de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade, não tendo os vogais participado na votação por não terem estado presentes.

Continuou informando os presentes sobre a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando uma listagem dos apoios concedidos pela Câmara Municipal às Associações do concelho durante o ano de 2023. Continuou referindo que ontem, viu uma publicação da Junta de Freguesia de Cardigos a dizer que ia mudar as suas instalações para o edifício da Casa do Cidadão de Cardigos e, uma vez que este edifício é propriedade daa Câmara e acha muito bem que o mesmo seja aproveitado pela Junta e por outras entidades que atualmente existam em Cardigos e necessitem de um espaço para fazerem as suas atividades, no entanto, solicita informação sobre se já existe algum protocolo ou outro documento que confira à Junta de Freguesia a utilização daquele espaço

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando que fique lavrado em acta um reconhecimento e agradecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Engº António Louro e pela sua equipa no processo das AIGP's. Mais referiu que é um orgulho para nós, maçaenses, ter alguém a coordenar um processo que tomou a vanguarda nacional com um projeto desta importância e, garantir os financiamentos que estão prestes a ser garantidos, a forma dedicada e empenhada com que, nos últimos meses, o Engº Louro se envolveu merece

todo o nosso reconhecimento porque, fazer as reuniões que fez, com a duração de cada uma dessas reuniões, deve-lhe ter ado um desgaste enorme e, somente, uma motivação extraordinária é que permite que esse processo seja levado a bom porto. Continuou deixando também um reconhecimento ao Sr. Presidente da Câmara pela forma cuidadosa com que, nestes últimos meses, tem gerido a assunção de competências na área da Educação, processo que chegou a pensar que poderia não correr da melhor forma, mas reconhece que houve um cuidado enorme na gestão destas competências, com um respeito enorme por cada uma das instituições e, como tal, considera importante que isso aqui fique registado.

---O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre a questão do IRHU e se já existem projetos. Mais solicitou informação sobre a questão da Creche. Terminou a sua intervenção solicitando informação sobre como tem corrido o processo da assunção de competências nas diversas áreas e ainda, relativamente aos transportes, cujas competências foram para a CIMT, solicita informação sobre como correu esta passagem de competências e como é que estão a correr as coisas nesta matéria, inclusivamente nos transportes escolares. Felicitou ainda a Câmara pelas obras em curso, nomeadamente a do Campo de Padel, do Parque Infantil e solicita informação sobre o que falta para serem inaugurados. Felicita a Câmara também pelas atividades levadas a efeito nesta época natalícia pois considera que as mesmas são importantes para o concelho.

---A vogal Cláudia Cordeiro inicia a sua intervenção referindo que a mesma versará o Bar e o Parque de Campismo de Ortiga, referindo que solicitou informação sobre o ponto de situação e do balanço extremamente negativo da época de verão, na última sessão desta Assembleia e recorda que tinha dito na altura que o concessionário revelava uma falta de zelo gritante e um evidente incumprimento do contrato, tendo questionado o que estava a ser feito quanto ao mesmo. Após a resposta do Sr. Vereador Vasco Marques nessa sessão, no dia seguinte, veio a praça pública que o concessionário tinha acionado um Providência Cautelar para anular a cessação do contrato. Solicita informação em que ponto estamos relativamente a esta situação e refere que o faz de coração aberto e espera frontalidade e sinceridade na resposta. Mais referiu

que teve conhecimento que, na semana passada, a luz do Parque esteve para ser cortada, não fora a intervenção do Município que teve de intervir, há lá pessoas a residir e questiona se a Câmara não pagou a luz ou se ainda é o concessionário que era responsável por esse encargo.

--- A vogal Andreia Baço iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre o Protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Vila de Rei, relativo á intervenção a realizar na estrada entre a Portela dos Colos e Pero das Cancelas e, se possível, que fosse informado, para conhecimento da Assembleia, se existem outros protocolos ou acordos com outros municípios.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo as intervenções. Continuou a sua intervenção referindo que a listagem dos apoios dados às Associações do concelho durante o ano de 2023 solicitada pela vogal Carla Loureiro, será disponibilizada. Relativamente à Casa do Cidadão em Cardigos, referiu que aquele edifício é propriedade da Câmara, que adquiriu o terreno e fez a obra e está registado em nome da Câmara. Mais referiu que, na semana passada, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos colocou a questão à Câmara sobre a possibilidade de passar a Junta de Freguesia para aquele edifício, situação que estava prevista desde o início deste processo e, em reunião de Câmara já informou que se iria estabelecer um contrato de arrendamento entre a Câmara e a Junta, para a utilização daquele espaço, tendo dado como valor de referência o que foi feito com as instalações onde funcionou o CLDS e foi essa indicação que deu ao Sr. Presidente da Junta de Cardigos. Referiu ainda que a Câmara considera adequado que a Junta de Freguesia funcione naquele espaço pois o mesmo é mais central e onde irão funcionar todos os serviços públicos da Freguesia de Cardigos, o que considera fazer todo o sentido.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida, referiu que acompanha o que foi dito sobre o trabalho que o Sr. Vereador António Louro tem desenvolvido nesta matéria e considera muito justo que aqui seja feita referência a essa matéria e a tudo aquilo que tem acontecido no nosso concelho relativamente à mesma. Mais informou que, na última reunião realizada em Ortiga sobre o processo da AIGP, teve a oportunidade de fazer o

respetivo agradecimento também à Junta de Freguesia, na pessoa do Presidente, pelo empenho nesta matéria e teve também a ocasião de dizer que --- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que, aquando da visita do Sr. Primeiro Ministro a Mação, teve oportunidade de dizer que o então Primeiro Ministro António Costa ficaria na história do País por ter conseguido alocar meios necessários e suficientes para fazer uma pequena revolução na floresta e na paisagem em Portugal, considerando que esta foi e é uma referência justa e verdadeira, do seu ponto de vista e enquanto Presidente da Câmara e, da mesma forma, considera que o Vereador António Louro, para o mal e para o bem, esperando que seja para o bem, ficará também na história do Concelho, por alguém que tentou, de facto, mudar este paradigma, pois aconteça o que acontecer, haja que resultados houver, seguramente que aquilo que o António Louro está a fazer ou a tentar fazer, está escrito, está suficientemente documentado sob variadíssimos pontos de vista e, depois a história o julgará a ele e julgará todos nós que temos algumas responsabilidades políticas.

Relativamente ao Agrupamento de Escolas referiu que considera que o processo tem corrido bem, dentro do que era previsível, a Câmara tem assumido as suas responsabilidades e o Agrupamento também tem compreendido as mesmas, a Câmara tem sabido manter o seu espaço sem se imiscuir onde não é chamada e assim continuaremos a nossa ação, sempre tentando capacitar a escola para que seja possível dar melhores condições de trabalho aos professores, aos funcionários e, essencialmente aos alunos, referindo que a Câmara vai avançar com a construção da Sala Polivalente, que há muito tempo é reclamada.

Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana e à questão sobre o IRHU, informou que está adjudicado ou em processo de adjudicação o projeto para a construção dos primeiros 16 fogos, na Portela do Vale, foi ontem confirmado que, no dia 27 de dezembro possamos fazer a escritura daqueles lotes entre o IRHU e os proprietários do terreno e está em processo de consulta para os projetos dos mais 12 fogos a construir na Urbanização de Santo António. Informou ainda que estamos a tentar acelerar o mais possível este processo, pois, conforme o vogal referiu e bem, há urgência em que as coisas se

desenvolvam e temos esperança de ter fechado o procedimento da Portela do Vale no primeiro trimestre de 2024.

Relativamente à questão da Creche, referiu que, na última Assembleia da Santa Casa da Misericórdia, obteve a informação que está o projeto concluído e será agora submetido no aviso de abertura que está em curso no PRR, para que possam desenvolver aquela obra que há muito tempo é reclamada e sobre a qual o vogal Daniel Jana tem insistido, e bem, relativamente a essa matéria.

Em relação ao campo de Padel, referiu que falta o piso do parque e a Câmara não vai abrir sem aquela infraestrutura estar completa.

Relativamente à intervenção da vogal Andreia Baço e à questão sobre o Protocolo celebrado entre o Município de Mação e o Município de Vila de Rei, referiu que este Protocolo foi proposto pela Câmara de Vila de Rei, uma vez que aquela estrada é propriedade dos dois municípios, necessita de uma intervenção relativamente urgente e, nesse sentido, foi aprovado o Protocolo, os custos da obra serão pagos em 50% por cada um dos municípios e ficará a cargo da Câmara de Vila de Rei o encargo com a elaboração do projeto e lançamento do concurso. Mais informou que, de momento não há mais protocolos em curso, mas haverá muito em breve, pois existe um problema na ponte entre o concelho de Mação e o concelho de Gavião, junto à Barragem de Ortiga, onde se verificam problemas de um lado e de outro, os técnicos da Câmara de Mação e da Câmara de Gavião estiveram no local na semana passada e o que ficou combinado com o Presidente da Câmara de Gavião foi fazer um Protocolo do género que foi celebrado com a Câmara de Vila de Rei e as duas Câmaras assumirem a responsabilidade pela recuperação daquela ponte.

---O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo as questões colocadas. Continuou referindo que, relativamente à questão do Parque de Campismo, foi descrita a situação que se verificava na altura e, entretanto, o assunto foi entregue ao Gabinete Jurídico do Município, que trocou correspondência com o Gabinete Jurídico do concessionário e, de todas essas correspondências e do respetivo processo administrativo resultou, na passada sexta-feira, uma informação jurídica, na qual a Câmara foi informada que estavam reunidas as condições para a cessação da concessão. Mais referiu que, com base na referida informação

jurídica, esta semana foi feita uma notificação ao concessionário da decisão, notificação essa que já foi rececionada pelo concessionário. Posto isto, refere que pretende levar à Câmara uma proposta para aquele espaço e, se nada houver de impeditivo e, tendo em conta que o tempo, nesta matéria, é algo muito importante, pois, a situação em que se encontra o Parque, como foi descrito pela vogal Cláudia Cordeiro da situação de intenção de corte da energia elétrica, e outros problemas que lá existem, a Câmara tem tentado minimizar esses problemas, que eram responsabilidade do concessionário, pois só agora o Parque está na posse da Câmara, dentro de pouco tempo haverá notícias sobre o espaço, e esperamos todos que os próximos tempos sejam melhores e mais dignos para o Parque de Campismo, para a Freguesia de Ortiga e para o Concelho de Mação.

Relativamente à questão relativa ao transporte rodoviário de passageiros, pois é disso que estamos a falar, efetivamente essa competência foi transferida para a CIMT, que foi, desde 2018, trabalhando o assunto, tentando lançar um concurso que abrangesse os 13 municípios, o qual numa fase inicial ficou deserto, depois foi repetido, acabando, mais recentemente, por ser ganho pela Rodoviária do Tejo. Mais referiu que no referido concurso também estão incluídos os transportes escolares, tentando que juntando as necessidades da população em geral com as necessidades das escolas, se conseguisse diminuir os prejuízos desta atividade que, como é sabido, nos nossos territórios, de baixa densidade populacional, uma atividade de transportes rodoviários de passageiros, possa de alguma forma, ser rentável. Assim sendo, com esse concurso e com essa gestão integrada das diversas necessidades, conjuntamente com as outras ofertas na mesma matéria que já existiam, tentar satisfazer as populações em geral, a população estudantil e resolver os vários problemas, minimizando os prejuízos da atividade de transporte rodoviário de passageiros. Mais referiu que, relativamente aos transportes escolares, nem tudo ainda está a funcionar bem, sendo que todos os estudantes têm tido todas as suas necessidades resolvidas, apesar de que todas as semanas, desde o início do ano letivo, têm surgido situações novas para resolver, com alunos novos ou que mudam de residência e, para todas as situações tem havido uma resposta imediata e de acordo com as necessidades. Referiu ainda que a parte que ainda falta afinar é uma parte administrativa, visto que as competências



foram transferidas para a CIMT, no entanto, no contrato que foi celebrado com a Rodoviária, nem todas as situações estavam abrangidas e ainda estamos a tentar encontrar respostas que permitam reduzir ou anular na sua totalidade os custos que terão de ser pagos, ou não, pelo município de Mação e, neste momento isso ainda não está garantido, mas estamos a trabalhar nessa matéria.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.** -----

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção informando que as obras que estão adjudicadas pela Tejo Ambiente, para o fornecimento de água a todo o concelho de Mação, estão a correr dentro dos timings previstos e é previsível que, até final deste ano, tudo esteja completamente concluído, com exceção daquilo que são a reposição de pavimentos e outras situações similares que carecem de ser feitas. Mais informou que a Câmara já adjudicou a obra da requalificação urbana, em Cardigos, num valor superior a 500.000,00€ e espera poder entrar em obra durante o mês de janeiro ou fevereiro de 2024, naquela localidade. Mais informou que também o projeto de requalificação da vila de Mação está praticamente concluído e pensa haver condições para, no primeiro trimestre de 2024, termos o concurso terminado ou muito próximo disso. Mais referiu que esta será uma obra que irá causar muitos incómodos às pessoas, pois vai ser feita uma intervenção em toda a zona histórica da vila, com as consequências que estas intervenções sempre têm. Informou ainda que está elaborado, da parte da Câmara, o ante projeto da estrada entre o nó da A23 e os Envendos e está do lado das Infraestruturas de Portugal a aprovação do mesmo para podermos avançar com o projeto final, no âmbito do Protocolo celebrado entre as duas entidades. Mais informou que já está adjudicada a obra de reabilitação da zona da Barca da Amieira e, no início do ano vão começar as obras, num valor de cerca de 65.000,00€. Informou ainda que, no âmbito do Acordo

estabelecido com a União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, está em curso a obra de reabilitação de um espaço urbano em Rosmaninhal, uma obra no valor de 67.000,00€, encargo exclusivo da Câmara Municipal de Mação, num terreno que é propriedade da União de Freguesias. Terminou informando que, no âmbito do PRR e conforme estava devidamente acordado, vamos ter possibilidade de candidatar para reabilitação integral da extensão de saúde de Cardigos e, para esse efeito, estamos a fazer alterações ao projeto inicial, de forma a responder àquilo que são as exigências das obras financiadas pelo PRR e, no próximo ano haverá condições para se fazer aquela obra.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: 2) **Discussão e votação de proposta de escritura de justificação do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 6357 da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, concelho de Mação (piscinas descobertas);**

--- O Sr. Presidente da Câmara apresentou proposta de autorização a conceder ao Presidente da Câmara Municipal de Mação para a outorga da escritura de justificação do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 6357 da União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, concelho de Mação, propriedade do Município de Mação. Mais referiu que o Município de Mação é dono, legítimo proprietário e possuidor do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 6357 da União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, concelho de Mação. Referiu ainda que o terreno onde o citado prédio foi construído pelo Município de Mação há mais de 20 anos, foi adquirido por escritura de compra e venda celebrada pelo Notário Privativo do Município, no dia quinze de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete, em que foram vendedores José Francisco Xavier de Mendonça Lino Neto, divorciado, residente em Lisboa, Maria Isabel de Jesus de Mendonça Lino Neto Pádua Ramos casada com Manuel Pádua Ramos sob o regime da comunhão geral de bens, residente em Rio de Moinhos, Abrantes, Maria Matilde de Mendonça Lino Neto Sampaio Maia, viúva, residente em Lisboa.

Informou que o referido terreno com a área de três mil quatrocentos e sessenta e quatro vírgula setenta metros quadrados, constituía apenas uma parcela da área total adquirida pelo Município por essa mesma escritura – vinte e quatro

mil metros quadrados, terreno esse que se autonomizou em data que não conseguem precisar do ano de mil novecentos e setenta e um aquando da construção do edifício acima referido a expensas do Município. Mais informou que o Município de Mação não dispõe de documento suficiente que legitime a autonomização do terreno onde foi construído o prédio urbano a justificar para poder efetuar o registo definitivo da sua aquisição como prédio autónomo, pelo que se mostra necessário proceder à outorga de escritura de justificação em virtude de há mais de vinte anos o usar e fruir, há vista e com conhecimento de toda a gente, sem oposição de ninguém, de forma pública, contínua e pacífica, pelo que se encontram reunidos os requisitos necessários para o Município de Mação recorrer à aquisição do imóvel por usucapião.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade recorrer à escritura de justificação para proceder à legalização em nome do Município de Mação do citado prédio, ficando desde já nomeado o Presidente da Câmara Municipal para outorgar e assinar a respetiva escritura de justificação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Amêndoa;**

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que estamos a falar de um pequeno apoio em materiais, solicitado pela Junta de Freguesia de Amêndoa para resolver um problema que até é mais da competência da Câmara, numa estrada, em Chão de Lopes Pequeno e propõe que os referidos materiais possam ser cedidos à Junta de Freguesia de Amêndoa, conforme solicitado.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, relativa a cedência de materiais para reparação de estrada em Chão de Lopes Pequeno.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este é um pedido de um grupo de cidadãos de Envendos a que se associou a Junta de Freguesia de Envendos, no sentido de tentar dinamizar um mercado de Natal naquela localidade e a Câmara entendeu que faria algum sentido e aprovou um apoio com instalação da tenda e também um apoio monetário no valor de 500,00€ (quinhentos euros), que propõe que a Assembleia Municipal possa aprovar.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade ratificar o apoio com instalação da tenda e conceder um apoio monetário no montante de 500,00 (quinhentos euros) à Junta de Freguesia de Envendos, para apoio à realização da iniciativa referida. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Análise e eventual ratificação de Declaração de Interesse Público – ETAR de Carvoeiro;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a empresa Águas do Vale do Tejo já concretizou finalmente a construção/instalação da ETAR de Carvoeiro e para a por em funcionamento é necessário que haja o reconhecimento, por parte do Município do Interesse Municipal daquela infraestrutura e a Câmara emitiu essa mesma Declaração de Interesse Municipal e solicita à Assembleia Municipal que reconheça esse Interesse Municipal ratificando a referida Declaração aqui presente e que ficará anexa aos documentos da presente sessão.

---O vogal José António Almeida referiu que esta obra era necessária e ansiada há muito tempo pois tínhamos ali aquela “nódoa”, tão perto de uma Praia Fluvial com Bandeira Azul, que a todos envergonhava. Mais referiu que é uma obra de extrema importância e deixa uma palavra de felicitações à população de Carvoeiro por a mesma ser uma realidade.

---A vogal Carla Loureiro referiu que, relativamente a esta obra, a mesma era necessária e só trás bem à população e ainda bem que foi concluída. Solicitou

informação sobre se a referida ETAR já está a funcionar. Terminou deixando um alerta para o espelho de água, pois quando questionou sobre a mesma foi-lhe respondido que não podia ser utilizada porque a água tinha problemas por causa da ETAR de Carvoeiro, então agora com este problema resolvido, se a ETAR estiver a trabalhar, poderá ser viável a praia fluvial, talvez no próximo verão, se for possível, pois aquele é um local muito aprazível.

---O Sr. Presidente da Câmara referiu que, relativamente à intervenção da vogal Carla Loureiro, ainda não foi informado que a ETAR já esteja em funcionamento e em relação ao Espelho de Água referiu que, na página 9 do Plano de Atividades diz o seguinte: “começam a existir condições para o aproveitamento de forma mais efetiva do Espelho de Água, após as obras da ETAR de Carvoeiro e da aquisição, por parte da Câmara, dos terrenos envolventes”.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade ratificar a Declaração de Interesse Municipal, de 3 de outubro de 2023, relativa à construção/instalação da ETAR de Carvoeiro, promovida pela EPAL/ADVT.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de proposta de Plano Municipal de Ação Climática de Mação;**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que existe a obrigação legal dos municípios terem estes Planos aprovados em sede de Câmara e Assembleia Municipal e posterior discussão pública. Mais referiu que a CIMT elaborou um Plano Intermunicipal e todos os municípios tiveram de o fazer também, de acordo com a legislação em vigor e, por isso, foi isso que a Câmara aqui tentou fazer. Referiu ainda que considera que é um documento interessante, é um documento com alguma densidade, é um documento que aponta para bons princípios e para bons fins para tentar combater uma realidade que está presente nos nossos dias, assim indicam os dados e os especialistas e a Câmara tentou ser muito comedida naquilo que diz respeito às ações em concreto, pois também não é fácil assumir aqui compromissos de difícil exequibilidade e, mesmo assim, haverá aqui algumas dificuldades para as suas concretizações. Mais referiu que estão propostas neste Plano 19 medidas em diversas áreas, sendo que algumas já estão implementadas,

outras estão em implementação e assim, fica aqui este documento que, também em sede de discussão pública pode ser complementado.

---A vogal Cláudia Cordeiro referiu que a bancada do Partido Socialista percebeu o tipo de documento que é e o fim a que se destina, sendo um documento orientador é bastante denso.

---O vogal José António Almeida referiu que, embora recorra de uma imposição legal, não podemos deixar de reconhecer e felicitar a Câmara, no seu Presidente, pela cuidada elaboração deste documento que trata uma das principais temáticas, até educativas, e a preocupação com a estrutura, o detalhe, entre outros pontos, importantes para a nossa educação ambiental que está a ser feita. Deixa uma felicitação à Câmara pela elaboração deste Plano pois considera que o mesmo é um documento importante para mitigar um bocadinho este problema que são as alterações climáticas.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de Plano de Ação Climática de Mação.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2024;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que considera este documento suficientemente explícito, relativamente àquilo que são os objetivos da Câmara e que, do nosso ponto de vista, devem ser os objetivos do Município para o próximo ano. Continuou referindo que, conforme todos tiveram a oportunidade de verificar, temos um Orçamento, neste momento, com um valor global de pouco mais de 17 milhões de euros, que é um valor que representa 17% a mais do valor inicial do Orçamento do ano transato, mas é um Orçamento que, no início do ano, com a incorporação do saldo de gerência, irá atingir cerca de 20 milhões de euros e também com o Acordo de Colaboração que irá ser celebrado com o IRHU para as novas habitações a custos acessíveis e que, neste momento ainda não está formalizado, mas será formalizado, provavelmente em 18 de janeiro de 2024, ficaremos, provavelmente, com um Orçamento na casa dos 22 milhões de euros, o que representa mais 29% do que o valor do ano transato. Mais referiu que é importante termos aqui estes números, porque, de facto, são números

substanciais, um valor muito elevado, que não têm paralelo na história do nosso município e, para não termos aqui a ideia que, de repente, começou para aqui a “nascer” dinheiro. Mais referiu que considera importante dar conta de alguns pontos fundamentais que justificam este aumento substancial no Orçamento Municipal, em primeiro lugar ainda há verbas que a Câmara tem a receber do Portugal 2030, já há previsibilidades do Portugal 2020, temos valor substancial do PRR, fruto da habitação a custos acessíveis, tivemos aumento das transferências do Orçamento Geral do Estado, temos um saldo de gerência muito generoso, fruto da gestão que fomos fazendo ao longo do ano e temos também o valor correspondente da descentralização de competências que, nomeadamente, na área da Educação, tem um valor muito significativo e, portanto, tudo isto junto, faz com que o Orçamento tenha, de facto, este volume financeiro. Referiu ainda que tudo aquilo que diz respeito aos valores previstos, quer da receita, quer da despesa, nomeadamente corrente, foram calculados, como não pode deixar de ser, com a regra que está prevista no POCAL, valor da média dos últimos dois anos e, portanto, não houve aqui empolamentos de receita nem, por outro lado, minoração daquilo que são os valores da despesa. Mais referiu que é um Orçamento e um Plano de Atividades que serão muito exigentes de concretizar, tendo em consideração aquilo que referiu, ou seja, há aqui muita verba que está alocada a projetos que temos de concretizar, dos fundos comunitários, do PRR e, portanto, vai obrigar a um grande esforço por parte da Câmara, no sentido de conseguirmos cumprir os compromissos que assumimos e também aquilo que estamos agora aqui a propor à Assembleia Municipal e, por esta via, aos munícipes deste concelho. Mais referiu que não esconde que há muita ambição naquilo que vamos concretizar, há também muita obra que está prevista ser levada a cabo e que não tem financiamento garantido, nomeadamente a reabilitação urbana de Cardigos e o Núcleo Museológico em Envendos, obras que terão um impacto financeiro significativo e que não têm apoio de qualquer espécie, pelo menos a esta data. Referiu ainda que não podemos esquecer algumas incertezas que existem, é normal que algumas coisas não corram como estavam previstas, pelo menos em relação à velocidade que seria expectável se houvesse um Governo “normal”, há também as conjunturas que vão aparecendo em termos mundiais, nomeadamente guerras, situações que muitas vezes têm causado problemas

na gestão do dia a dia, como todos sabemos e, portanto, temos de ter tudo isso em linha de conta, mas seja como for, considera que estamos suficientemente capacitados para conseguir concretizar aquilo que nos propomos e que está muito em linha com aquilo que tem sido a concretização dos Planos de Atividades e dos Orçamentos dos últimos anos, onde temos, sistematicamente, ficado acima dos 85%, nomeadamente, na execução da receita e da despesa. Mais referiu que a Câmara, hoje, está numa boa situação financeira, o que nos permite encarar com otimismo o futuro, conseguimos ter algum dinheiro a prazo, com algum significado, estamos a fazer um esforço para passarmos o ano praticamente sem dívidas a fornecedores pois, temos hoje, uma reputação a defender e considera que temos boas condições para levar por diante aquilo que agora nos propomos.

Em seguida continuou referindo que, conforme tem sido também habitual, a Câmara tenta dividir aquilo que é a sua ação por algumas áreas que considera de maior relevância:

Relativamente à Ação Social e Saúde referiu que a Câmara tem a descentralização de competências em ambas as áreas e, no que diz respeito à Ação Social, as coisas têm estado a correr muito bem, não havendo qualquer engulho no processo, a interação com o Centro Distrital de Segurança Social e com as técnicas que estão responsáveis por esta matéria, tem sido boa e considera que temos dado resposta cabal àquilo que são as nossas obrigações que decorrem desta transferência de competências. Relativamente à área da Saúde, até à data, pouco ou nada sabemos, não houve nenhum contacto com nenhum interlocutor, não houve, por parte do Ministério da Saúde, qualquer contacto e o último contacto que houve foi um email da ARS de Lisboa e Vale dos Tejo a dizer que não podiam garantir o pagamento das verbas do mês de dezembro, por dificuldades de cabimentação e, portanto, estamos a assumir e as contas estão a aparecer, estamos a pagar, o dinheiro está a aparecer, mas considera que há aqui uma grande lacuna e uma falta de coordenação que não é, de todo, desejável e, portanto, quer numa área, quer noutra, da parte da Câmara temos tentado e vamos continuar a fazê-lo, a assumir a responsabilidade, mas não pode deixar de lamentar esta falta de diálogo na área da Saúde. Mais referiu que, há um ano atrás, nesta Assembleia, disse que não gostaria de entrar naquilo a que chamámos o “leilão” para termos médicos



no nosso concelho, mas infelizmente a realidade veio-nos mostrar algo de diferente e a Câmara teve de entrar nesse “leilão” e, hoje, temos cá um médico de família, fruto dessa decisão política da Câmara, que mantém esta aposta para os próximos anos, até ao limite de 3, assim hajam médicos disponíveis para vir para o nosso concelho trabalhar. Realçou as IPSS's do concelho, referindo que três delas estão com Projetos PARES 3.0, a Câmara já deliberou no sentido de as apoiar em termos de fiscalização e segurança das obras, o que representa um apoio importante para as mesmas. Mais referiu que vão chegar pedidos de apoio financeiro para que possam concretizar essas mesmas obras e considera que a Câmara terá condições para dar alguma ajuda nessa área. Referiu também o apoio que a Câmara continua a dar para suportarem os custos da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

Relativamente à Educação referiu que os apoios que a Câmara dá, ao longo dos anos, são bem conhecidos de todos e devidamente valorizados quer por pais, quer pelos alunos e representam um esforço financeiro muito significativo por parte da Câmara, mas perfeitamente comportável e, portanto, não deixaremos de o fazer. Continuou referindo que há, de facto, a necessidade da construção do Pavilhão para os alunos, na escola, que seja funcional e que possa corresponder àquilo que são os anseios de uma Sala de Alunos devidamente adequada aos mesmos e ao número de alunos que está naquela escola, não estando explicito no documento esse objetivo, crê que, durante o próximo ano a Câmara terá condições, pelo menos, para iniciar essa obra. Referiu ainda que a Câmara vai avançar, a breve prazo, com a elaboração dos projetos para a requalificação da Escola Básica e do Jardim de Infância de Mação (Bloco A e B) que estão a necessitar de obras, fruto também dos anos que já têm de uso, tendo sido feitas há alguns anos algumas intervenções que mitigaram os problemas, mas que não foram suficientes para que as coisas pudessem ter as condições ideais para os nossos alunos.

Em relação à Cultura referiu que, finalmente, o piso 0 do Museu está concluído, estão em processo de acabamento e, no início do ano poderemos proceder à inauguração daquele espaço. Mais referiu que o projeto do Núcleo Museológico de Envendos está adjudicado e há condições para, durante o próximo ano, podermos fazer aquela obra, ligada ao presunto e às carnes, mas também

conseguimos ter, naquele espaço, uma multifuncionalidade e ter também ali uma salas que podem vir a servir de apoio, quer para aqueles que possam vir a estudar, em concreto, quer a arte rupestre, quer a história do presunto propriamente dita e também um pequeno espaço para alguém que queira desenvolver atividades que não tenham a ver com aquela matéria, um pequeno espaço para working e é nesse sentido que estamos a trabalhar e a elaborar o projeto. Referiu ainda que, relacionado com isto, com as novas descobertas de gravuras rupestres no Vale do Ocreza, há necessidade deste Município, para o futuro, poder pensar na valorização daquele local. Mais referiu que a Monografia do Concelho de Mação está em elaboração, está atrasada e já devia ter sido finalizada, mas seguramente, em 2024 será publicamente apresentada.

Relativamente ao Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico referiu que, no âmbito do nosso Gabinete Empreendedor, continuamos a fazer o apoio junto dos nossos empresários e agentes económicos, vamos continuar com esse desígnio e com a abertura do novo Quadro Comunitário de Apoio novas oportunidades surgirão para esses mesmos empresários e compete-nos a nós também, estarmos deste lado a tentar, dentro do possível, ajudar se for essa a vontade desses mesmos empresários e agentes económicos. Referiu ainda que a expansão da Zona Industrial das Lamas está dependente da revisão do PDM, que é um processo sempre lento e complicado, que teve necessidade de algumas alterações. Mais informou que a Câmara está num processo de aquisição de alguns terrenos, na entrada de Mação, para ser possível instalar no local uma nova unidade industrial que, após vários meses de conversações, conseguimos que possa ser instalada no nosso concelho e que representará um número significativo de postos de trabalho e estamos a trabalhar para que as coisas se possam vir a concretizar, tendo sempre a noção daquilo que é a nossa obrigação e onde termina a nossa ação.

Em relação à Regeneração Urbana referiu que já deu nota da intervenção em Cardigos, que vai avançar em muito breve prazo e, seguramente no próximo ano, também a intervenção da vila de Mação, nomeadamente no Centro Histórico.

Relativamente ao Turismo referiu que começa a ser premente fazer algumas melhorias na Praia Fluvial de Cardigos e pensa que, durante o próximo ano

deveremos ter esse objetivo. Mais referiu que, no espelho de água, há hoje condições para podermos olhar para aquele espaço de uma maneira diferente do que olhávamos até aqui e, por isso, é talvez a altura de olharmos para aquele espaço para lhe dar uma maior dignidade. Referiu ainda que tem sido um objetivo, há muito tempo, termos uns bungalows na Praia Fluvial do Carvoeiro, os constrangimentos com o PDM não facilitam muito esse desígnio, mas há, provavelmente, condições para podermos ter, naquele local, um espaço digno para podermos receber algumas autocaravanas e é nesse sentido que iremos trabalhar. Referiu ainda que, relativamente às Rotas e aos Percursos Pedestres, a Associação tem desenvolvido o seu trabalho, com o apoio da Câmara, e considera que, de alguma forma, os objetivos estão a ser atingidos, mas talvez haja necessidade de voltar a conversar e visitar aquilo que são os direitos e obrigações de todos para se poder criar mais e melhores condições para que as coisas se possam concretizar. Mais informou que a Câmara tem pronto o anteprojecto do Miradouro da Serra de Santo António, da reabilitação de todo aquele espaço que tem estado meio abandonado, junto ao Freixoeiro, e também com uma ligação muito mais do que simbólica, com o centro geométrico de Portugal, sem que isto, de forma alguma, venha a criar engulhos e constrangimentos com o Município de Vila de Rei, não é nada disso que se trata, são coisas diferentes e complementares, mas queremos marcar aquele local com a dignidade e importância de que o mesmo se reveste. Deixou uma palavra às Associações do nosso concelho, que têm tido um apoio muito significativo da Câmara e é isso que continuaremos a fazer, a apoiar e capacitar as mesmas para terem melhores instalações e melhores condições para desenvolverem a sua atividade, bem sabendo a importância que as mesmas têm no nosso concelho e o apoio que dão à Câmara Municipal, nomeadamente na Feira Mostra.

Deixou uma palavra final para os serviços da Câmara e para os trabalhadores pois, naturalmente, sem a colaboração dos mesmos, não será possível concretizar muito daquilo que são as nossas ambições e, de uma forma geral a Câmara tem contado com a colaboração dos mesmos para concretizar os objetivos a que se tem proposto.

---O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à Floresta e Paisagem, lembrou que, em setembro de 2003,

nesta sala, fez-se a análise dos grandes incêndios de 2003, o PS veio a criticar o executivo pois tinha deixado arder metade do concelho e o PSD teve a ousadia de dizer que era um momento que tinha de ser aproveitado para tentar dar a volta ao problema e propôs uma série de ações completamente fora do normal, assumindo que tudo o que tinha sido feito para trás, e que muitos consideravam um exemplo em termos nacionais, não tinha resultado pois metade do concelho tinha ardido e, portanto tínhamos de procurar novos caminhos e, os vinte anos a seguir foram passados a procurar novos caminhos e tivemos a ousadia de propor uma forma de gestão do território que acabou por dar nas ZIF's, que o País aproveitou e acabou por dar num Programa Nacional, fizemos 5 ZIF's, mas o dinheiro nunca apareceu para as por em prática, mas aquilo que foi proposto nesta sala há 20 anos, como o caminho que devíamos seguir, transformou-se praticamente todo ele, naquilo que foi a política que o País foi adotando ao longo destes 20 anos. Mais referiu que sempre dissemos que essas coisas não resolviam nada, não eram os Kits, nem o Macfire, nem a vigilância que iriam resolver os problemas dos fogos porque o problema dos fogos está intimamente relacionado com a insustentabilidade da paisagem, com o colapso do sistema agrário que existiu e geriu o território durante séculos e que colapsou porque as pessoas envelheceram e desapareceram e com o facto de ninguém as ter substituído nessa gestão. Sempre dissemos que a solução estava nas ZIF's, na gestão conjunta da propriedade, no criar projetos de áreas significativas, executar esse projeto e manter esse projeto ao longo dos anos, e que sem isso, não iríamos sair deste ciclo. Mais referiu que, apesar de sempre termos afirmado isto, chegámos a uma situação, em 2017, em que mais uma vez o fogo voltou a entrar pelo concelho adentro e isso obrigou o Governo a reconhecer a necessidade de criar um projeto piloto para Mação e aquilo que dissemos foi que o que queríamos era concretizar as ZIF's, que sabíamos que eram essenciais e que há 20 anos que trabalhávamos nelas e pôr as mesmas em execução, pôr projetos de áreas significativas, com um projeto de ordenamento do território em execução e, para isso, era preciso verbas. O Governo assumiu o compromisso político e deu-nos autorização para elaborarmos propostas de ação e nós começámos a trabalhar nisso e começámos a fazer as nossas propostas de ZIF's, como tínhamos defendido desde 2003, um projeto, uma

área significativa, 2 a 3 mil hectares, um orçamento conjunto, um planeamento da paisagem, partilhando a espera dos sobreiros, partilhando o lucro dos eucaliptos, partilhando o arriscar de fazer pinheiros. Referiu ainda que estávamos nós em marcha e aconteceu a questão do PRR, o Governo de repente passou a ter muitos recursos e aquilo que era um projeto só nosso, passou a ser um projeto nacional, aplicado a mais 70 locais e, aquilo que era para ser um projeto piloto só para os concelhos de Mação, Vila de Rei e Sertã, transformou-se numa Medida que está hoje em ação em 70 locais no País. Mais referiu que apresentámos esses projetos começámos a trabalhar neles e aquilo que era para ser um projeto piloto, mais expedito e mais simples que fomos apresentando aos eleitos do PS à medida que fomos consolidando as ideias, tendo procurado sempre manter o PS a par de todos caminhos que achávamos que devíamos seguir, de repente transformou-se num Programa Nacional, mais pesado, com maior burocracia, em que a nossa margem de manobra foi-se diluindo na obrigatoriedade de cumprir os pressupostos que o Governo foi colocando na Medida, mas que, na prática, o que o Governo fez foi agarrar no nosso concelho e transformá-lo numa Medida Nacional e regulamentá-la com uma série de Decretos-Lei e Portarias. Referiu ainda que os projetos são pesados porque têm uma coisa única, nunca, em Portugal, nenhum Governo pôs à disposição do território montantes desta natureza nem desta forma e, portanto, não podem ser processos simples. Informou que nós começámos por propor o concelho todo porque o concelho todo estava ardido e pediram-nos para tirarmos alguns territórios para fora pois era difícil arranjar recursos para irmos, ao mesmo tempo, a todo o território e nós fizemos isso e, por isso, se hoje há pessoas no concelho de Mação que estão de fora, não foi porque nós quisemos, mas sim porque foi pedido para retirar alguns territórios e nós tentámos fazer isso da forma que nos pareceu mais adequada. Informou ainda que, à data de hoje, o projeto da Ortiga já passou todos os processos legais e isso implicou a elaboração e a discussão com as 9 entidades que acompanham este projeto a todo o tempo o projeto, no final desse processo é marcado um período de cerca de mês e meio de consulta pública, em que os documentos estão expostos para ouvir as opiniões de quem quiser dar contributos e, neste momento está a decorrer esse período para os projetos de Envendos, Castelo, Amêndoa e Penhascoso, que terminam em janeiro de 2024

e Ortiga já fez esse procedimento e fez ainda uma última reunião com os proprietários, que aprovaram de modo esmagador essa intervenção e tem, neste momento, aprovado um projeto de quatro milhões e oitocentos mil euros para a execução, no curto prazo, a que se vai juntar cerca de três milhões e seiscentos mil euros que virão, ao longo de 20 anos, para ajudar a fazer a manutenção deste processo e a última reunião deste projeto de Ortiga será no dia 11 de janeiro, as entidades vão-se reunir, de modo forma e vão fazer uma acta e dar o projeto de Ortiga por aprovado e em seguida vai ser publicada uma Portaria, que vai ser assinada pelos Ministérios da Agricultura, do Ambiente, da Administração Interna e vai-lhe ser atribuído e estatuto de utilidade pública. Mais referiu que este é um projeto absolutamente notável, fora da caixa, numa dimensão que nós sonhámos para dois e agora temos nove e, no seu conjunto estamos a falar de um investimento de cerca de cinquenta milhões de euros para executar obra nos próximos dois a três anos, a que se vão juntar mais cerca de trinta milhões de euros, que vão vir ao longo dos próximos 20 anos para apoio à manutenção e à gestão destes projetos e, isto só foi possível porque, há 20 anos se reuniram, nesta sala, eleitos do PSD e do PS que perceberam a importância desta mudança estratégica e juntaram-se as duas bancadas, no final da apresentação e aplaudiram, tendo havido aqui uma responsabilização de todos de que tinha de ser este o caminho. Agradece as palavras do vogal José António Almeida que lhe foram dirigidas, mas considera que só chegámos a este ponto porque tivemos um Presidente da Câmara chamado Saldanha Rocha e depois um Presidente chamada Vasco Estrela, tivemos aqui muitos eleitos dos dois Partidos que souberam sentir a responsabilidade e colaborar para que este projeto se materializasse. Terminou referindo que nunca baixou os braços durante estes 20 anos porque sentiu sempre que não havia outra alternativa e o que é certo é que hoje o País e o Governo estão connosco e tanto o líder da oposição como o Sr. Primeiro Ministro vieram a Mação, mostrando a sua solidariedade e interesse no projeto e, por isso, hoje temos a responsabilidade e os recursos de, provavelmente, nos próximos 2 a 3 anos fazermos uma mudança muito forte na paisagem, dando-lhe maior sustentabilidade, que não nos vai proteger dos incêndios a 100%, nunca estaremos protegidos dos incêndios a 100%, mas podemos construir paisagens mais difíceis para os incêndios percorrerem deste modo

descontrolado, em que a sua passagem não constitua risco tão grande nem para as pessoas nem faça tantas percas. Referiu ainda que este é um momento histórico, é um ciclo que se fecha e é uma enorme responsabilidade para nós todos, de conseguirmos aproveitar esta “janela” que agora se abre, mas que terá um tempo de execução muito curto pois são verbas do PRR e estamos a trabalhar para isso, sabendo que vai faltar gente para fazermos tudo e acompanhar tudo isto num período de tempo tão curto, mas estamos a preparar-nos e tentaremos fazer o que formos capazes. Agradece a todos aqueles que, ao longo dos anos, deram o seu contributo para estarmos aqui hoje, e alerta que o sucesso disto tudo também nos responsabiliza a todos e todos nos devemos ajudar e ajudar as pessoas a elucidarem-se sobre tudo isto, é necessário que as pessoas se informem pois também há oportunidades para quem quer gerir as suas coisas e fazerem-no como até aqui e há o caminho que está aberto para aqueles que precisam de apoio na gestão das suas propriedades, que vai ajudá-los a manterem-se proprietários, mas vai fazer com que as coisas aconteçam e os caminhos não se cruzam, os que querem gerir por si têm apoio para isso e podem continuar nesse caminho sem que tenham de se associar a empresa nenhuma. Deseja que todos nos ajudemos e façamos todos que este momento seja efetivamente um momento de mudança no concelho de Mação e que se comece a criar paisagens mais sustentáveis, que de uma vez por todas interrompam este ciclo de incêndios.

---O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que há três focos de análise que podem ser feitos aos documentos apresentados. Mais referiu que numa análise formal, ou seja, como são apresentados, nesse aspeto estes documentos são irrepreensíveis, bem apresentados e de leitura fácil. Numa análise ao conteúdo, e quanto ao mesmo também não é fácil beliscá-lo pois cumpre as regras da contabilidade orçamental. Quanto à análise material, considera que temos aqui um preenchimento exaustivo daquilo que são as necessidades essenciais de um concelho de baixa densidade com características muito particulares como é o concelho de Mação. Mais referiu que encontramos aqui bem marcadas a saúde, a educação, a ação social, o desenvolvimento económico, o turismo, e também esta grande revolução que está a ser realizada e, por isso, também não é muito fácil beliscar em termos materiais estes documentos. Referiu ainda que também pode ser feita uma

análise política e aqui o documento tem a possibilidade de ser criticado, mas mesmo em termos políticos não é muito fácil estabelecer aqui críticas porque, primeiro, estes documentos aparecem, na sua opinião, como um tributo a um modelo de gestão. Mais referiu que, apresentar um Orçamento para um concelho como Mação, de 17 milhões de euros, não é “pera doce”, e que obedece a regras orçamentais e muito tem a ver com o histórico desse trabalho, que foi explicado pelo Sr. Presidente na sua apresentação. Para além de outros valores mencionados, sublinhou o valor do Saldo de Gerência, em que há aqui claramente uma opção, isto é, há aqui um cuidado com as contas e, em termos políticos essa análise também tem de ser feita, é claramente um reconhecimento de um modelo de gestão rigoroso e que não esteve muito disponível para os calendários eleitorais, mantendo-se numa linha uniforme. Mais referiu que este é um documento prima pela honestidade e respeito, pois obedecem na íntegra àquilo que foram as ideias, as linhas orientadoras do que foi sufragado pela população e isso tem de ser dito de forma clara. Referiu ainda que é um documento criativo porque inova e moderniza e, como tal, também nos deve encher de orgulho ter um executivo que, para lá do rigor, consegue ir cavalgando esta inovação e esta modernidade. Termina referindo que, como professor do Agrupamento e responsável por aquela organização, quer sublinhar a disponibilidade para a realização daquela obra tão necessária, uma Sala de Alunos, que vai permitir trazer muito mais qualidade aos alunos e deixa o seu reconhecimento por esse reconhecimento.

--- A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção referindo que, na qualidade de representante da bancada do Partido Socialista e após análise do documento em causa, não encontram no documento qualquer proposta apresentada pelo Vereador do Partido Socialista. Mais referiu que, fazendo a análise ao conteúdo, sem dúvida que há áreas que são valorizadas, mas este não é um Orçamento em que o que esteja em causa seja uma sala ou uma obra, é um Orçamento para o ano de 2024, de uma Câmara de um município com várias freguesias e com várias necessidades. Referiu ainda que, analisando os valores do Orçamento, consideram que é vago e omissivo, ou seja, naturalmente que este documento pode sofrer alterações e está assumido claramente no mesmo, contudo, é incompreensível a falta de transparência quando, por exemplo, temos uma rubrica “outros” com valores correspondentes



a 22% de 17 milhões de euros, quase 4 milhões de euros que ficam nas rubricas dos “outros” sem percebermos onde vão ser gastos ou, por exemplo, nas rubricas dos viadutos, arruamentos e obras complementares encontramos um montante de 2,7 milhões de euros que não estão descritos. Referiu ainda que este documento, para a bancada do Partido Socialista, representa um cheque em branco, que sabem que é aprovado pela maioria eleita, que não questiona, não apresenta dúvidas, questionando-se se será que ficam confortáveis com esta situação. Terminou referindo citando que “não podemos avaliar como bom aquilo que, efetivamente, não podemos avaliar como bom”.

---O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção agradecendo a intervenção e as palavras do vogal José António Almeida, referindo que aquilo que tentamos fazer foi um Orçamento que tem como base a nossa realidade, aquilo que são as nossas disponibilidades financeira e, desse ponto de vista tentamos ser equilibrados por todo o município, tentando, de alguma forma, colmatar aquilo que são as necessidades e, evidentemente ter ambição e fazer coisas que fazem sentido para as populações e considera que é isso que temos feito no passado e é isso que iremos tentar fazer no futuro. Relativamente à intervenção da vogal Carla Loureiro, referiu que, efetivamente, não está aqui descrito grande parte daquilo que o Sr. Vereador Nuno Barreta apresentou e o mesmo apresentou um conjunto de propostas relevantes, mas por um lado não podíamos acolher estas propostas porque as mesmas não vêm quantificadas, pois quando se propõe alguma coisa que implica milhões de euros, temos de dizer quanto é que custa, onde é que se vai buscar o dinheiro e o que é que deixamos de fazer, porque atirar para cima da mesa propostas, como a proposta da construção de uma estrada entre o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mação e a Zona Industrial e o Outeiro da Força, o então Presidente da Câmara mandou elaborar um projeto em 2009, apreço de 2009, os cálculos eram de 3 milhões de euros e, portanto, nestas coisas tem de haver alguma seriedade e temos de dizer que esta ambição, que todos nós tínhamos, pode custar 5 ou 6 milhões de euros, só de obra, fora as indemnizações aos proprietários e os problemas ecológicos e ambientais que iria causar a criação daquela estrada, que ia ter um conjunto de viadutos, razão pela qual, a Câmara de então, fez bem, do seu ponto de vista, em não avançar. Mais referiu que fazia sentido, em termos abstratos faz sentido, mas temos de ter os pés

assentes na terra e quando propomos uma situação destas temos de saber como vamos financiar a obra, quais são os custos. Dá também o exemplo da Fábrica Mirrado, o Presidente Saldanha Rocha também a tentou comprar há uns anos e foi-lhe dito que vendiam pelo valor patrimonial que, na altura era de um milhão de euros e que pensa ser o mesmo agora e, depois seria necessário fazer intervenção em 4000 m<sup>2</sup> de área, o que poderia representar mais 5 ou 6 milhões de euros, ou seja, em duas das propostas do Sr. Vereador Nuno Barreta, estavam 10 milhões de euros de custos. Considera que isto também tem de ser dito, mas houve outras propostas do Sr. Vereador que vêm consideradas no documento, nomeadamente do incentivo às pessoas, da hipótese de haver incentivos para que as pessoas regressem ao nosso concelho e isso foi tido em conta. Mais referiu que, da análise da vogal Carla Loureiro, a mesma referiu números do orçamento da despesa, mas depois não soube ir ver ao PPI, onde vêm decalcados estes valores, porque isto remete para o PPI, onde está descrito onde é que o investimento é gasto e o mesmo se passa com a rubrica dos Outros, onde tem de haver uma correspondência entre o código que vem em despesa e o código do PPI e, por isso, considera que deve haver alguma moderação na análise que depois é feita, porque parece que temos aqui 2,7 milhões de euros mais alguns milhões no PPI quando o que se verifica é que os valores são os mesmos, estão é elencados de uma forma no orçamento da despesa e depois de outra forma em PPI.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com sete abstenções, o Orçamento e Plano de Atividades da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2024.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2024;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que o documento é explícito, temos neste momento uma série de procedimentos que estão em curso, temos também algum pessoal em regime de mobilidade e temos também, à data de hoje, 49 lugares vagos no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mação. Mais referiu que este é o Quadro de Pessoal que

podemos apresentar e que, para além dos concursos que estão em andamento, temos, provavelmente, a necessidade de recrutarmos mais 3 ou 4 pessoas, ao longo do ano, nomeadamente Assistentes Técnicos, e não prevemos fazer nenhuma entrada de pessoas massiva no Quadro de Pessoal, não tem sido essa a nossa política ao longo dos anos, muito pelo contrário, mas em qualquer dos casos é sempre bom ter estas possibilidades para situações que surjam. Mais referiu que o Quadro de Pessoal da Câmara é um Quadro envelhecido face àquilo que é a média das idades, nomeadamente nos Assistentes Operacionais ligados aos serviços de obras e a médio prazo há necessidade de haver alguma renovação, mas também muito dependendo daquilo que forem, legitimamente, as opções dos próximos executivos municipais.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovada por unanimidade aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2024.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos;**

---O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção solicitando autorização à Assembleia para apresentar os três pontos em conjunto e a respetiva votação será feita individualmente, o que foi aceite unanimemente pela Assembleia. Continuou a sua intervenção referindo que estes Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia que aqui estão presentes são, basicamente, a repetição dos que têm vindo a acontecer nos últimos anos. Mais referiu que os Acordos de Execução são para todo o ano, sendo que incidem sobre uma área que são as praias fluviais e, como tal, a atuação das Juntas de Freguesia, não sendo somente no verão, tem grande volume de atividade durante a época balnear e, assim sendo, nas três situações que estamos aqui a debater o verão correu bastante bem, não tendo havido nada de importante a sublinhar e muito disso se deve ao esforço e dedicação dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, nomeadamente de Cardigos,

Carvoeiro e Ortiga, a quem deixa uma palavra de agradecimento. Destaca a situação que aconteceu em Carvoeiro, onde a Junta de Freguesia se responsabilizou pelo funcionamento do Bar, uma vez que o concurso para a concessão ficou deserto e, apesar desta situação não estar prevista, a Junta compreendeu a dificuldade de arranjar uma solução em tão pouco tempo e assumiu o funcionamento do Bar e da praia, com o seu trabalho e dos seus funcionários para que a época balnear naquela praia fluvial decorresse com normalidade e com a qualidade que todos nós desejamos. Mais referiu que, relativamente aos documentos presentes, tendo em conta que os valores do último ano foram de encontro às necessidades, tendo-se apresentado adequados aos serviços realizados, os mesmos apresentam os mesmos direitos, as mesmas obrigações e os mesmos valores. Destacou que existem algumas intervenções de maior escala que não estavam no espírito destes documentos e que continuam a não estar, aqui são previstas manutenções correntes e não prevê obras de maior escala.

---A vogal Carla Cordeiro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a estes três documentos, a bancada do Partido Socialista deixa uma chamada de atenção, considerando que estes Acordos de Execução deveriam ter mais rigor, inclusivamente fazem referência a mapas anexos que, mais uma vez, não acompanharam os documentos. Considera que estes documentos são uma cópia uns dos outros e as praias não são iguais e as necessidades não são as mesmas, a Ortiga não tem as mesmas necessidades que tem Cardigos e considera que as diferenças deviam vir refletidas nos documentos e que deveriam ser mais cuidados, mas em todo o caso, a bancada do Partido Socialista não vai votar contra os mesmos e estas observações são reincidentes.

---O Sr. Vereador Vasco Marques agradeceu a intervenção da vogal Carla Loureiro e relativamente ao facto dos mapas não terem acompanhado os documentos, referiu que foi um lapso pelo qual apresentou as suas desculpas.

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos;

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos:**10) Discussão e votação de proposta de**

**Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro;**

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos:**11) Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga;**

--- Seguidamente o ponto 11) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga.

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

